



Bloco de Esquerda

Grupo Parlamentar

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 127/XVI/1.^a

RECOMENDA A SUSPENSÃO DOS PROCESSOS DE MINERAÇÃO PREVISTOS PARA A SERRA DA ARGEMELA, BOTICAS, MONTALEGRE E LIXA

Existe uma vasta área do território onde é possível implementar minas a céu aberto, na maioria ligadas à exploração de lítio. Estes projetos foram impostos sem diálogo e contra a vontade da população. Estamos perante processos de prospeção e de exploração que não correspondem aos interesses das populações e do país, com enormes riscos para a sua saúde pública e para o ambiente. Acresce que estes megaprojetos não trazem qualquer garantia de ganhos económicos ou de uma transição climática mais justa. Estas minas destruiriam, aliás, importantes áreas de captura natural de carbono.

Este tipo de mineração de grande escala é um exemplo de como os fundos públicos, nacionais e europeus, são o grande atrativo para o investimento privado, que moldam a economia e o território aos seus interesses.

Esse é o resultado da legislação sobre mineração em vigor, que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tem classificado como uma via verde às minas. Já foi possível introduzir algumas melhorias à mesma, nomeadamente conferindo maior proteção às áreas protegidas. No entanto, não foi possível aprovar outras alterações ao Decreto-Lei n.º 30/2021, de 7 de maio, que continua a falhar na proteção do ambiente e da biodiversidade e nos direitos da participação pública.

Existem ainda outras leis que visam a simplificação, acompanhamento e criação de vias especiais a investimento privados como a legislação PIN (projeto de potencial interesse nacional) que agravam a proteção do interesse público e que deixam o país vulnerável a investimento que não serve o interesse público.

O lítio está presente em grande parte das baterias de equipamentos eletrónicos portáteis. No entanto, o interesse no minério e a necessidade de novas minas gigantescas surgiu com a transição da indústria automóvel para a eletrificação. Ao invés de uma aposta massiva em meios de mobilidade coletiva e ativa para a descarbonizar, a aposta – com recursos a fundos públicos – é continuar a massificação da mobilidade automóvel. É um processo que resolve alguns problemas, mantém outros, mas também cria novos problemas e um novo extrativismo.

A primeira questão para se pensar num modelo alternativo é repensar a mobilidade. Vão continuar a existir automóveis e a sua eletrificação (ou mudança para outra energia renovável) é uma boa notícia em relação aos motores de combustão atuais. Mas o que se discute é a prioridade das políticas, do investimento e da infraestrutura pública. Portugal é disso um mau exemplo ao ter perdido 18% da sua rede ferroviária desde os anos 1990, enquanto aumentou em 346% as suas autoestradas.

Para a segurança de abastecimento e robustez de um sistema energético são necessários mecanismos de armazenamento de energia, de que as baterias fazem parte. Novamente, a questão que se coloca é a da contínua massificação de um modelo individualizado de mobilidade, que é mais caro para as populações, que cria exclusão e que implica a criação de enormes infraestruturas e respetiva manutenção pública.

A transição climática não consiste em manter tudo igual, mudando apenas os pequenos pormenores (o motor; os poços de petróleo por minas). É uma transformação ambiental e social que responde à crise climática e que garante maior qualidade de vida e mais rendimentos à população.

As alterações climáticas afetam mais quem menos as causou. A transição é também um processo de justiça climática onde não se coloca novamente a população a pagar ou a sofrer os efeitos da crise climática. A criação de um novo modelo de mineração de enorme escala não é, assim, a solução.

O presente projeto de resolução é a apresentação da iniciativa parlamentar com que o Bloco de Esquerda se comprometeu e que anunciou em visita às populações das áreas afetadas.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda considera que é necessário suspender este megaprocesso de mineração no país. É necessário parar para ouvir as preocupações das populações, dos ambientalistas, dos representantes eleitos locais e dos especialistas. É

necessário suspender o processo para que se possa re-avaliar o impacto cumulativo de toda a área passível de ser minerada, bem como para estudar e introduzir alterações à legislação das minas que proteja o ambiente, mas também a economia e o interesse público. Nos moldes atuais, o plano de mineração é uma transferência de riqueza de atividades económicas tradicionais, de turismo, da agricultura para uma nova atividade mineira. E é necessária uma nova política nacional e europeia de mobilidade.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo:

- A suspensão imediata da prospeção e/ou exploração de lítio na serra da Argemela, Boticas, Montalegre e Lixa.

Assembleia da República, 24 de maio de 2024.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Fabian Figueiredo; Marisa Matias; Joana Mortágua; José Soeiro; Mariana Mortágua